

política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Impactos das apostas online



WALDEMAR BARRETO/AGÊNCIA SENADO/JC

A senadora Damares Alves (Republicanos-DF) apresentou requerimento para a realização de uma sessão de debates no Plenário do Senado Federal destinada a discutir os impactos das apostas online sobre a saúde mental da população, a economia das famílias, a saúde pública e o varejo nacional. “A realização da Sessão de Debates Temáticos permitirá reunir especialistas, autoridades públicas, representantes da sociedade civil e demais atores envolvidos para examinar, de maneira ampla e qualificada, os impactos sanitários, sociais e econômicos das apostas online”, justifica a parlamentar. A proposta, que visa subsidiar medidas de prevenção e redução de danos, é coassinada pelos senadores gaúchos Hamilton Mourão (Republicanos), Paulo Paim (PT) e Luis Carlos Heinze (PP).

Sessão Jornadas de Direito Tributário

O senador Paulo Paim (PT) também assinou o requerimento da senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) para a realização de uma sessão especial, no fim da tarde desta quinta-feira, em comemoração às “XXXIII Jornadas Latinoamericanas de Derecho Tributario”, evento organizado pelo Instituto Latinoamericano de Derecho Tributario (Iladt) em Brasília (DF). O pedido destaca o retorno do encontro acadêmico ao Brasil após 25 anos para debater temas como tributação de serviços e justiça fiscal. “A presença de estudiosos e autoridades nacionais e internacionais permitirá ampliar o diálogo entre a academia, as instituições públicas e a sociedade civil”, escreve a senadora.

Impugnação de candidaturas no RS

O Ministério Público Eleitoral (MPE), impugnou 13 registros de candidatura apresentados no Rio Grande do Sul para a disputa das eleições gerais deste ano. Com esse volume, o Estado registrou o 12º maior número de contestações do País (empatado com o Espírito Santo), integrando o balanço nacional do órgão que questionou mais de mil pedidos de registro por descumprimento de requisitos legais, falta de quitação eleitoral, perda de prazos ou inelegibilidade. “Para que uma pessoa possa disputar as eleições, ela precisa atender a requisitos previstos em leis e na Constituição Federal, além de não estar enquadrada em causas que geram inelegibilidade”, informa o MPE.

Repasse da Defesa Civil a cidades gaúchas

O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) autorizou a liberação de recursos para dez municípios do Rio Grande do Sul atingidos por desastres naturais. A verba, publicada no Diário Oficial da União (DOU), contempla ações de resposta em Vicente Dutra (R\$ 330,6 mil), Jaguari (R\$ 319 mil), Liberato Salzano (R\$ 310,1 mil em dois repasses), Pelotas (R\$ 289,5 mil), Sete de Setembro (R\$ 280,6 mil), Três Palmeiras (R\$ 162,6 mil em dois repasses), Cruzaltense (R\$ 99,1 mil), Trindade do Sul (R\$ 85,4 mil), Pantano Grande (R\$ 52 mil) e Campinas do Sul (R\$ 30 mil). O repasse para os municípios gaúchos soma R\$ 1,95 milhão de um pacote federal de R\$ 2,4 milhões destinado a emergências climáticas. “Com base nas informações enviadas nos planos de trabalho, a equipe técnica da Defesa Civil Nacional avalia as metas e os valores solicitados”, explica o MIDR.

Presidente da OAB/RS critica julgamento no STF

Leonardo Lamachia defendeu apuração de qualquer envolvido em ilícitos

/ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Marcus Meneghetti
marcusv@jcrs.com.br

O presidente da seccional gaúcha da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RS), Leonardo Lamachia, analisou ontem a crise institucional no Supremo Tribunal Federal (STF) durante a palestra-almoço organizada pela Federação das Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (Federasul), Tá na Mesa. Ele defendeu a investigação de qualquer membro da Suprema Corte envolvido em atos ilícitos.

O presidente da OAB avaliou que o julgamento no STF, transmitido ao vivo nesta terça-feira, revelou três “recados” para a sociedade brasileira. O julgamento analisava duas petições: uma para investigar o ministro Alexandre de Moraes e outra, o ministro André Mendonça - os dois suspeitos de envolvimento com o banqueiro do Caso Master, Daniel Vorcaro.

O julgamento foi suspenso após o pedido de vista do ministro Flávio Dino, quando a corte votava uma questão de ordem sobre se apreciaria as duas petições naquela ocasião. Portanto, os trabalhos encerraram antes da abertura de qualquer processo e, pelo regimento do STF, Dino tem até 90 dias para retomar o julgamento.

Lamachia repudiou a fala do ministro Dino, que mencionou a

participação de advogados na compra de sentenças feitas por juízes.

“O ministro Flávio Dino disse que não há venda de sentença se não houver advogados do outro lado as comprando. Eu repudio essa fala. Nenhuma generalização é justa. Quando nos chega uma denúncia sobre isso, abrimos uma investigação, não blindamos a categoria, nem fazemos pedidos de vista.”

Durante o julgamento, Dino declarou: “Assim como há juízes ímprobos, há advogados ímprobos. Não existe compra de sentenças sem advogados as comprando. Não existe corrupção passiva sem corrupção ativa.”

Antes da palestra, na coletiva de imprensa, Lamachia disse que “o primeiro recado mandado no julgamento é de que existe uma in-

segurança jurídica no Brasil”. Ele foi recebido pelo presidente da Federasul, Rodrigo Sousa Costa.

Lamachia prosseguiu: “O segundo recado foi que, como dizia (o escritor e cartunista) Millor Fernandes, ‘todos são iguais perante a Justiça, mas alguns são mais iguais que outros’. O STF passou a mensagem de que alguns são mais iguais que outros (ao não abrir investigação contra Moraes).”

E concluiu sua análise explicando por que se trata da maior crise institucional desde a redemocratização do Brasil. “É a crise mais grave desde a redemocratização, porque, antes, quando alguém se desviava da institucionalidade do cargo, o Supremo repunha a institucionalidade do cargo. Agora o STF se desvia da institucionalidade.”

FERNANDA BIGIO DAVOGLIO/ESPECIAL/JC



Lamachia repudiou fala de Flávio Dino sobre compra de sentenças

Candidatos ao Piratini defendem valorização da Fapergs



A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs) realizou nesta terça-feira um painel com os candidatos ao governo do Estado para ouvir suas propostas sobre ciência, tecnologia e inovação.

O evento reuniu no Teatro da Unisinos o vice-governador Gabriel Souza (MDB) e a nutricionista Priscila Voigt (UP). No fim do evento, os candidatos assinaram uma carta com oito propostas para o desenvolvimento científico no Estado. Entre elas,

a previsibilização do orçamento da Fapergs, órgão que gere a política de inovação tecnológica e científica no Estado.

O presidente da Fapergs, Odir Dellagostin, resumiu a importância do setor para o desenvolvimento econômico. “O futuro do Rio Grande do Sul passa pelo conhecimento”, disse.

Quanto aos planos para a Fapergs, o candidato do MDB defendeu o legado do governo Eduardo Leite (PSD) na área de inovação, citando que o orçamento desse ano destina R\$ 760 milhões para ciência e tecnologia. No ano passado, foram destinados R\$ 360 milhões.

“Quero manter o orça-

mento estável para a Fapergs”, comprometeu-se.

Ele também afirmou que, se eleito, pretende lançar editais específicos para pesquisas coordenadas por mulheres dentro da Fapergs.

Priscila Voigt mencionou que, no seu programa de governo, existem propostas para o fortalecimento da Universidade do Estado do RS (Uergs) e da Fapergs. “Temos que governar com base na ciência”, sustentou.

Ela também se comprometeu a investir 10% do PIB em educação. Além disso, defendeu a universalização da educação pública - desde o Ensino Básico até o Ensino Superior.